

- **Às Centrais Sindicais e Sindicatos**
- **Aos Partidos Políticos que se dirigem ao voto dos trabalhadores**

MANIFESTO

Restabelecer o Espírito e a Confiança na Luta!

As trabalhadoras e trabalhadores que decidirem votar no dia 10 de Março querem que o seu voto sirva para ajudar a restabelecer o espírito e a confiança na luta, dar combate à degradação e cortar as grilhetas que oprimem o povo.

Para os trabalhadores poderem “restabelecer o espírito e a confiança na luta”, é indispensável romper com as políticas que os governos têm seguido, em obediência à União Europeia.

Essas políticas têm alimentado a direita e a extrema direita, ameaça maior para o trabalho.

Quem trabalha e vive em Portugal tem a vida feita num inferno: crise da habitação e das condições de vida de trabalhadores e pensionistas; crise dos salários e pensões; precariedade e emigração dos jovens, a geração “mais qualificada de sempre”. Mais de dois milhões de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social, 344 mil crianças. 10% dos que trabalham são pobres. Dois terços (2,7 milhões) ganham menos de mil euros. O desemprego, a subir de novo: não só pelos despedimentos colectivos, também pelo termo de contratos precários. Centenas de milhares de trabalhadores imigrantes vivem e trabalham em condições indignas e “descartáveis”. Em contrapartida, gozam de total impunidade as redes de tráfico de mão-de-obra barata, que fornecem trabalhadores sem direitos e semi-escravos, sujeitos a uma exploração brutal.

Em contraponto, o património conhecido das cinquenta famílias mais ricas é superior a um quinto do PIB nacional. Os 5% mais ricos detêm 42% da riqueza criada. O país “ganhou” 31 mil novos milionários. Os lucros líquidos dos 20 grandes grupos económicos foram de 25 milhões de euros ao dia em 2023. Os governos de António Costa concederam-lhes borlas fiscais e garantias de «flexibilidades e facilidades» para as placas giratórias dos negócios e puseram fim à «tributação dos lucros excessivos».

A política dita de contas certas escancara portas à extrema direita

A UE prepara-se para agravar os critérios de Maastricht e a “vigilância” que deles faz o “semestre europeu”. Para Portugal, a actualização significa excedentes orçamentais primários de 6% durante anos, ou seja, austeridade extrema: reforço do desinvestimento público e da política de habitação para os ricos, desmantelamento do SNS e do ensino público: generalização da sobre-exploração, empobrecimento dos trabalhadores, dos pensionistas, dos mais desfavorecidos.

Depois da troika, de que nunca recuperámos verdadeiramente, a União Europeia, o BCE e o FMI cortam directamente o rendimento dos trabalhadores: por conta das hipotecas, converte uma parte dos nossos salários em juros para a banca. O custo de vida continua a subir – e mandam os governos “apertar o cinto”.

O governo português curva-se e submete-se. Chama-lhe: «contas certas».

A famosa bazuca do PRR, longe de corrigir os atrasos estruturais e o endividamento do país, acentua a dependência. Uma parte terá de ser reembolsada a Bruxelas, vai pesar na dívida pública. E as medidas do plano trazem “contrapartidas” que penalizam quem trabalha.

O PRR dá milhares de milhões para financiar as empresas e criar-lhes mercados. Já nas questões sociais, exige a descentralização na saúde (SNS) e nas políticas de educação. Na administração pública, a digitalização dos serviços e o injusto e discriminatório SIADAP. Na habitação, nada prevê para criar habitação acessível aos trabalhadores e ao povo.

Enquanto continuam a apostar na deterioração dos serviços públicos, que são nosso salário indirecto, os governos recusam dignificar os seus profissionais – assim na administração pública, na saúde (SNS), na escola pública, educação e protecção social.

O desinvestimento deixa os serviços públicos ao abandono e à falta de recursos humanos, incentiva a penetração do privado. As “contas certas” produzem “excedentes orçamentais”, que, o pouco que atenuam

o peso de uma dívida pública impagável, fruto da pilhagem do capital financeiro internacional, o fazem **à custa de os trabalhadores estarem há mais de 20 anos a perder poder de compra**. Sabemos como, ainda por cima, a UE e a NATO exigem o desvio de cada vez mais recursos públicos para as suas guerras, que nada têm que ver com os interesses dos trabalhadores.

Dignificar quem trabalha

“Trabalho digno” não pode ser um slogan, enquanto a dignidade de quem trabalha é constantemente ofendida.

Indignos, sim, os níveis de segmentação, individualização e precarização das relações laborais que persistem, atentando contra a dimensão colectiva dos direitos do trabalho, à medida da globalização neoliberal. Flexibilidade é o que o capital quer acima de tudo: ela transfere riscos e custos do patronato para o Estado e, principalmente, para o trabalhador. A “uberização” das relações de trabalho cria um novo grupo precarizado. Enquanto o capital rentista explora as novas plataformas digitais para intensificar a exploração e aumentar a produtividade, a classe que vive do trabalho só se “diversifica” no grau de sujeição a uma exploração brutal.

Reivindicamos por os direitos do trabalho para garantir um futuro para os trabalhadores:

- (1) Revogação e destituição do código de trabalho! (2) Reposição do princípio do tratamento mais favorável; (3) Negociação e contratação colectiva efectivas, fim da caducidade das convenções; (4) Revogação das normas que liberalizam os despedimentos, nomeadamente os despedimentos colectivos; combate efectivo a todas as formas de precariedade; (5) Laboralidade plena e com direitos (contratos de trabalho) para todos os trabalhadores; (6) Não à gestão algorítmica do trabalho; controle de sindicatos e comissões de trabalhadores sobre a gestão.
- (7) Redução do horário de trabalho semanal para 35 horas sem redução de salário. (8) Aumento geral dos salários e ajustamento automático dos salários à inflação. Aumento do SMN para 1000€ em 2024.
- (9) Idade normal de aposentação aos 65 anos! Eliminação do “factor de sustentabilidade”. Fim do Indexante de Apoios Sociais (IAS) para as prestações do sistema contributivo, por exemplo na atribuição do subsídio de desemprego. Consolidação do financiamento da segurança social, eliminando isenções e borlas ao pagamento da “contribuição patronal”. Revogação da “condição de recursos”.

Direito à habitação

Situações de emergência exigem medidas de emergência

O pacote “+ habitação” é mais uma forma de transferir rendimento do trabalho para o capital. Mais de 75 mil famílias continuam a viver em condições indignas.

Os trabalhadores não conseguem casa perto de onde trabalham. Muitos vão viver para tendas ou rulotes. Os jovens têm de ficar em casa dos pais. Quem beneficia são os especuladores e fundos do sector imobiliário e os grandes senhorios, ao passo que aumentam os sem abrigo (10.700) nas nossas cidades. Impõe-se mobilizar e, se necessário, confiscar as 350 mil casas devolutas, muitas na posse dos fundos imobiliários. Contra a financeirização especulativa da habitação, crie-se um programa público de emergência de habitação a rendas ou preços acessíveis, com uma taxa de esforço máxima de 25%. Revogação da lei das rendas. Suspensão dos despejos.

Cinquenta anos depois do 25 de abril, nós, “Solidários”, movimento de solidariedade no terreno da organização e das lutas, sentimo-nos no direito e no dever de

apelar a todos os partidos que, nestas eleições, se dirigem aos trabalhadores para fazerem suas estas exigências fundamentais de toda a classe – e assim o declararem publicamente.

Só a mobilização unida e determinada dos trabalhadores poderá salvar a democracia do «lamaçal» de negociatas e escândalos em que chafurdam com gosto as forças de extrema-direita.

Solidários com os trabalhadores e povos do mundo, dizemos também:

PARAR AS GUERRAS, PARAR O GENOCÍDIO EM GAZA, LUGAR À PAZ!



Lisboa, 23 de Fevereiro de 2024

<https://www.facebook.com/SolidariosTANPFI>
email: solidariostap.galp@gmail.com